

O Exército e o Rio de Janeiro: Evolução Histórica

Guilherme de Andrea Frota*

Palestra do representante do IGHMB no ciclo de palestras realizado na Escola Superior de Guerra, em 1999, pela FAPERJ.

O Rio de Janeiro é uma cidade que nasceu militar em função da invasão francesa do Contra-Almirante da Bretanha Nicolau Villegagnon e da necessidade que os portugueses tiveram de expulsar os franceses que se encontravam alojados na Baía de Guanabara. Esse episódio foi uma empresa militar terrestre e é bastante agradável, se não emocionante, pensarmos que, hoje, neste auditório, encontramos no mesmo chão que Estácio de Sá e seus companheiros devem ter pisado fatalmente nos dois anos que aqui ficaram, antes de obterem a definitiva expulsão dos franceses. Essa empresa, empenho do Exército português, é caracterizada pela presença do próprio nome da cidade, São Sebastião. Muitos pensaram que fosse uma homenagem ao Rei D. Sebastião mas, na verdade, o era ao santo guerreiro, padroeiro do Exército português. Era ele que velava por essa empresa que Portugal não podia dispensar, já que os núcleos portugueses no Nordeste e o de São Vicente não poderiam ficar separados por um estabelecimento francês.

Vencido o francês, a cidade foi transferida para o Morro do Castelo. Esse nome

induzia à presença de uma fortificação, necessária porque os franceses poderiam retornar a qualquer momento, como retornaram. Seus contornos assemelhavam-se a um castelo medieval. Quem entrasse pela baía estaria percebendo, ao fundo, uma elevação como se fosse um verdadeiro castelo da Idade Média. Defendida, murada, poucos canhões, alguns dos quais até apreendidos aos franceses, é esta a feição da cidade que, no século XVI, se firmava no Morro do Castelo. Todos os homens eram válidos para o serviço militar. Não havia quem pudesse ser dispensado entre os 16 e 60 anos de idade. Numericamente, eram muito poucos. Alguns índios encontravam-se nas vizinhanças. Eram os temiminós, com o seu chefe Araribóia que, inicialmente, habitavam este lado da Baía de Guanabara; depois, ganharam sesmaria na Praia Grande e foram fundar Niterói.

A cidade ocupava, no século XVI, apenas o Morro do Castelo. Precisava construir-se algumas fortificações. Essas fortificações, a princípio, eram verdadeiras *cortinas*, não passavam de paredes que poderiam ser utilizadas numa defesa. Quase todas já desapareceram mas, aqui mesmo, bem perto de nós, encontram-se as *cortinas* de

* Professor. Sócio efetivo do IGHMB.

São Diogo, São Martinho e São Teodósio, que a Fortaleza de São João, na Urca, ainda mantém, e que o Exército recentemente restaurou. Estão muito escondidas, não há dúvida, mas eram elas que representavam o sistema de defesa da cidade nos anos 1500.

A cidade escorrega do Morro do Castelo no século XVII. Começa então a procurar a várzea, ou seja, as partes baixas e secas. Mas a preocupação militar continua. Novas fortificações são construídas. Poderíamos nos lembrar de várias delas, mas eu chamaria a atenção para o Forte de Santa Cruz, localizado onde hoje se encontra a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua que inicialmente se chamou de Rua Direita, porque era o caminho mais direto ou mais *direito* entre o Morro do Castelo e o Morro de São Bento. Havia, ainda, as de Santiago e São Sebastião, esta última no Morro do Castelo. E toda essa gente que aqui se encontrava, todos esses indivíduos que aqui moravam, vão compor aquilo que conhecemos pelo nome de ordenanças. São as ordenanças o sistema militar português transplantado para o Brasil. O que são essas ordenanças? São todos os homens válidos prontos para o serviço militar, prontos para serem chamados caso houvesse necessidade. Acorriam pelo toque de *rebate*, isto é, o repicar dos sinos da igreja onde se impunha a defesa.

Tive a oportunidade, uma vez, de escrever pequeno artigo sobre os franceses e a fundação do Rio de Janeiro, mostrando como a cidade nasceu militar e como ela conseguiu continuar sendo militar, justamente por causa desses franceses.¹ Essa preocupação se manifesta a ponto de algumas vilas, alguns

povoados que nós hoje conhecemos tão bem, como Angra dos Reis, Parati, Vila Velha (no Espírito Santo), São Pedro da Aldeia, terem sido implantados como um envolvimento de proteção à cidade do Rio de Janeiro.

Durante o século XVII, vamos observar que a atenção para a História do Brasil se prende aos holandeses. Os holandeses invadem primeiro a Bahia e depois se fixam em Pernambuco. A preocupação do governo metropolitano se direciona para o problema holandês, e quantos não foram os habitantes desta cidade e destes arredores que participaram das lutas contra os holandeses na insurreição chamada Pernambucana e também aqueles que se empenharam em Angola, chefiados por Salvador Corrêa de Sá e Benevides! A retomada de Angola ficou a cargo exclusivamente do governo do Rio de Janeiro que, assim, recrutou homens e aprestou a expedição militar. Angola era importante para o comércio de escravos para o Brasil.

O assalto dos franceses, em 1710 e 1711, é, sem dúvida alguma, digno de ser mencionado. Na primeira invasão, a de 1710, vamos alcançar um razoável êxito, talvez muito mais pela incompetência do francês; mas mostrou-se nítida a união dos habitantes contra o invasor. Na segunda, em 1711, René Duguay-Trouin, melhor armado, melhor artilhado em seus navios, consegue apoderar-se da cidade. É evidente a inépcia do governador Francisco de Castro Moraes. É evidente, também, a desorganização militar que a cidade apresenta. O velho ditado português justifica que, depois da porta arrombada, devem ser colocadas umas trancas de ferro. E é essa a razão da presença do Brigadeiro Massé no Rio de Janeiro, com a missão de construir um muro que nunca chegou a ser completado. Pedras foram colocadas ao

¹ Os franceses e a fundação do Rio de Janeiro, revista *Verbum*, tomo XX, 1963.

longo do Largo de São Francisco, hoje nosso conhecido, e vão servir para a construção da Sé. Adiante, veremos que também a Sé não se estabeleceu nesse local.

É interessante observar que em consequência dessas duas invasões – de 1710 e 1711 – ocorreu nova organização do Exército português, dividido em três linhas. A primeira linha qualificava exatamente o exército; a segunda linha era uma reserva que vai ser conhecida vulgarmente como *milícia*, dela fazendo parte a figura muito conhecida de Tiradentes, e a terceira continua sendo as ordenanças, isto é, todos aqueles homens válidos entre 16 e 60 anos, que seriam chamados para a guerra e que possuíam dentro de suas residências uma arma, normalmente uma arma branca.

Data deste século XVIII a *Aula de Artilharia*. Essa Aula de Artilharia, aula entendida como curso, ministrada pelo Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, é, sem dúvida alguma, um marco definitivo na presença do poder militar terrestre no Rio de Janeiro. O Brigadeiro Alpoim (brigadeiro, na época, significava o primeiro posto de oficial general do Exército) é uma figura notável na história da cidade. O Brigadeiro Alpoim não só ministrava essa *Aula de Artilharia* como era também o engenheiro construtor de diversos prédios, alguns dos quais chegaram até nós, como o Palácio ou Paço dos Vice-Reis, depois Palácio Imperial, os famosos Arcos da Carioca, que vão trazer a água vinda do Rio Carioca para o centro da cidade. O Brigadeiro Alpoim, juntamente com outros construtores militares, vai deixar monumentos, igrejas e prédios particulares. Lembremos José Cardoso Ramalho, que é um militar, tenente-coronel, que vai construir a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, e também a figura de José Custódio

de Sá e Faria, que é o construtor da Igreja de Santa Cruz dos Militares.

São todos eles militares que estão empregando o seu conhecimento, a sua inteligência, o seu risco de arquiteto para deixar marcante, com esses monumentos, esta cidade do Rio de Janeiro. Mas, sem dúvida alguma, neste século, não poderíamos deixar de falar de Gomes Freire de Andrade, o famoso governador, e a sua notável criação: a *Casa do Trem*. A *Casa do Trem*, ou, em linguagem moderna, *arsenal de guerra*, talvez o conjunto arquitetônico mais importante, mais expressivo da construção de todos esses arquitetos militares do século XVIII. A *Casa do Trem* hoje, naturalmente um pouco alterada, abriga o Museu Histórico Nacional, tendo perdido uma parte, isto é, o antigo Forte de Santiago, que se projetava onde hoje se encontra a Avenida General Justo, em direção ao aeroporto Santos Dumont. A *Casa do Trem* resume toda a história militar do Rio de Janeiro do século XVIII, e é ali que vamos ver que se conserva ainda um pedacinho de rua que se chamava o Beco dos Tambores, assim chamado porque os regimentos que vieram de Portugal para lutarem ao sul contra os espanhóis – o Regimento do Moura, o Regimento de Estremós e o de Bragança – faziam ali os seus exercícios, ao som de tambores.

O Exército português passou, na segunda metade do século XVIII, por uma reforma que tem por respaldo a figura do Marquês de Pombal e o convite que fez ao Conde de Schaumburg Lippe para, em Portugal, reorganizar o Exército português. Essas mudanças refletem-se entre nós, pois esses regimentos se dirigem para o sul, nas guerras contra os espanhóis, para ampliar ou sedimentar as nossas fronteiras. São comandados pelo Tenente-General João

Henrique Böhm, mercenário contratado, como era comum na época, mas que comanda portugueses e agrega os cariocas que se dirigem para o sul.

Logo em seguida, vamos ver a elevação, pelo mesmo Marquês de Pombal, do Brasil à vice-reino, e o Rio de Janeiro passa a ser a capital desse vice-reino. Seu primeiro vice-rei, o Conde da Cunha, cria no Rio de Janeiro uma guarda, que era uma companhia de cavalaria, hoje com o nome de Dragões da Independência e sede em Brasília. Essa guarda de cavalaria do vice-rei apresentava-se como um dos regimentos de maior beleza, de maior expressão para o público desta cidade. O Conde de Resende instituiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e também uma Aula de Infantaria que era dirigida por José Corrêa Rangel Bulhões. Vários *alardes* ocorreram no Rio de Janeiro. Para os que não sabem, *alarde* era um desfile militar; eles eram bonitos, elegantes, suntuosos, e o povo acorria para ver. O pintor Leandro Joaquim chegou a fixar um deles em um dos quadros ovais, seis ao todo, flagrantes de cenas da cidade, pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional.

Em 1808, a Corte instala-se no Rio de Janeiro. D. Maria I, rainha, não tinha mais competência para administrar nem governar. Fazia-o, em seu nome, o Príncipe-Regente, D. João, mais tarde D. João VI. E ao chegar ao Rio de Janeiro, que ele prefere à cidade de Salvador, o príncipe-regente tem necessidade de estabelecer diversas medidas militares. Ele cria o Real Hospital Militar, no Morro do Castelo, a Fábrica de Pólvora, cria e instala a Real Academia Militar e o Quartel do Campo, tudo com a ajuda e inspiração de seu Ministro da Guerra, o Conde de Linhares.

A Real Academia Militar ocupou inicialmente, por um ano, dependências na *Casa do Trem*, para depois ser transferida para o prédio que foi construído rapidamente no Largo de São Francisco, onde seria a Sé, e que não havia passado das fundações. Esse prédio ainda está no mesmo local e seu primeiro comandante não era português, como nós poderíamos imaginar, mas um italiano, Carlo Antonio Napione de Coconato que, em Portugal, tomou o nome de Carlos Antônio Napion, tendo alcançado o posto mais elevado da carreira militar portuguesa na época, o de tenente-general. Ele acumulou o comando da Academia com as funções de inspetor da Fábrica de Pólvora, além de ser o inspetor da Artilharia. Uma figura interessantíssima, sabemos que morava no Morro do Castelo, mas não deixou para nós nenhum retrato, nenhuma litografia, nenhum desenho de como era a sua pessoa. Hoje, patrono do Material Bélico do Exército, desconhecemos sua fisionomia. É uma curiosidade da História. Procurei, tempos atrás, descobrir um pouco a respeito dele; não consegui nada!² Há um véu que não consegui devassar. Nascido em Turim, na Itália, onde fez carreira militar, passou-se para Portugal como major, na época das guerras napoleônicas, e veio a ilustrar não só Portugal como também este Rio de Janeiro, onde desempenhou os mais notáveis cargos.

O Conde de Linhares precisava criar um quartel que fosse a sede do seu secretariado, isto é, o Ministério da Guerra, e escolheu um local ermo. Preferiu o campo dito de São Domingos, porque havia a vantagem de, sendo muito vazio, as tropas poderem fazer

² Um militar italiano no Brasil no tempo do rei, *Revista do Exército Brasileiro*, v. 123, n. 3, julho/setembro de 1986.

seus exercícios de tiro. E ali se construiu o primeiro quartel, no local mais tarde chamado de Campo de Santana, tradicionalmente sede da chefia do Exército. Reparem que a atual sede do Palácio Duque de Caxias encontra-se exatamente nesses chãos históricos, não exatamente no mesmo perímetro inicial, mas nesses chãos que foram deste quartel criado pelo Conde de Linhares. Evidentemente, esse largo, todo ele, começou a tomar alguma forma, e foi, cada vez mais, se tornando parte da cidade que caminhava na direção de São Cristóvão, porque o príncipe-regente se estabeleceu na Quinta da Boa Vista.

Durante sua estada no Brasil, o Príncipe Regente D. João travou duas guerras. Uma ao Norte e outra ao Sul. Uma de conquista da Guiana Francesa, como represália à invasão que Portugal sofrera. E outra para concretizar velho sonho, velho e antigo sonho de colocar a fronteira dos domínios portugueses no Rio da Prata. Nessas duas guerras, encontramos a presença de habitantes do Rio de Janeiro, que participam anonimamente, não há dúvida, mas que doam seu sangue para que o objetivo seja alcançado.

A Guiana Francesa seria devolvida à França logo em seguida (1817). Foi curto o período de ocupação portuguesa. A Banda Oriental, transformada em Província Cisplatina, vai caminhar para a independência provocando uma guerra com a Argentina, que abordarei em seguida.

E foi no Rio de Janeiro que se articulou a Independência. Foi uma trama que cresceu no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Formaram-se partidos, formaram-se adesões e vemos a presença de diversos militares se envolvendo com o processo da independência. Sabemos muito bem que D. Pedro, inicialmente, não estava interessado em se

conservar na dianteira desse processo. Chegou até mesmo a mandar preparar a fragata *União* para voltar a Portugal, tentando estar de acordo com as Cortes Constitucionais Portuguesas. Porém, ele é envolvido: envolvido pela Maçonaria, que se colocou na dianteira dos acontecimentos; envolvido porque, jovem ainda, mostraram-lhe que poderia ser o rei da nova nação, título depois trocado para imperador, senhor de um império que estava se formando.

Podem ser citados muitos militares que atuaram nessa ocasião, inclusive o Major Vidigal, muito conhecido porque permitiu, através de uma ação rápida e inteligente, que assinaturas fossem apostas a uma petição para que o Príncipe ficasse. E é justamente nesse janeiro, nesse 9 de janeiro de 1822, dia em que o Príncipe resolve não partir para Portugal, que muitos querem ver o início do processo definitivo da independência. Neste momento crítico, D. Pedro foi obrigado a expulsar as tropas portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Jorge de Avilez Zuzart e Souza Tavares, graças à pronta atuação de um grupo de populares e militares chefiados pelo General Joaquim Xavier Curado, que adere à independência. E é nesta cidade, dentro da Maçonaria, na loja do Grande Oriente do Brasil, da qual militares fazem parte, que foi resolvida a Independência, em reunião ocorrida em agosto de 1822, declarando-se D. Pedro rei do Brasil. Em seguida, vamos ver que os festejos da sagração e da coroação de D. Pedro, que têm lugar na Capela Imperial, hoje Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Rua Primeiro de Março, não passaram de uma tentativa de copiar um pouco aquilo que Napoleão havia feito. O Rio passou a ser a sede da organização da guerra de independência que irrompe em alguns pontos do país: na Bahia,

no Maranhão, no Piauí, no Pará e na Cisplatina.

São muitos os jovens cariocas que se deslocam e que se engajam nessas lutas que se travam nesses locais distantes. O Imperador necessita, neste momento, criar toda uma estrutura de organização, em especial o plano de uniformes do Exército, em 1823. Todo esse estudo já foi muito bem feito por Gustavo Barroso que, em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, publicou um livro interessantíssimo sobre os planos dos uniformes do Exército. É também confeccionada a Bandeira, um desenho de Jean Baptiste Debret, a qual, numa solenidade ocorrida no Palácio de São Cristóvão, foi entregue ao Exército. É neste momento que peço ao leitor que medite por que motivos o Imperador entregou a bandeira, a primeira, a um jovem tenente, naquele momento totalmente desconhecido, Luís Alves de Lima e Silva. Foi ele que, integrando o batalhão do Imperador, recebeu, pela primeira vez, a bandeira brasileira do Império.

Durante o primeiro reinado, muitos habitantes do Rio de Janeiro foram convocados para participar da Guerra da Cisplatina. Essa guerra com a República Argentina teve por finalidade solucionar o problema uruguaio, que acabou se tornando independente. Infelizmente não foi uma guerra muito bem entendida pelos brasileiros. Os militares que para lá se deslocaram não conseguiram compreender a situação estratégica que a Banda Oriental do Uruguai representava, como acesso à distante Província de Mato Grosso. E, evidentemente, a guerra não foi muito bem-vista, principalmente na Corte, isto é, na cidade do Rio de Janeiro.

A interferência inglesa determinou a criação de um novo país. A perda da Cisplatina, aliada a outros fatos, principalmente

a atuação um tanto estouvada do nosso primeiro Imperador, o conduziu para a abdicação, em 7 de abril de 1831, após tumulto de populares e militares no Campo de Santana.

O próprio Batalhão do Imperador acabou aderindo e se incorporando aos manifestantes. E Dom Pedro partiu para Portugal, a fim de tratar dos assuntos do trono português e de como conservá-lo para sua filha D. Maria II.

É oportuno observar que o Exército, nessa época, possuía, no Rio de Janeiro, muitos mercenários, o que não era uma política incomum dos países, na época. Esses mercenários, vindos de várias localidades – bávaros, poloneses, húngaros –, não tinham um grande amor à Pátria, porque estavam aqui por dinheiro como o próprio nome está dizendo. Sempre causaram muitos problemas.

A fase da Regência, que se segue à Abdicação, foi bastante tumultuada, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Ocorreram alguns movimentos sediciosos, como o encabeçado pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos. Por isso, o governo da Regência foi obrigado a criar, em 1831, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Esse Corpo, que é a origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro, mostrou-se eficaz. Depois, o Ato Adicional de 1834 permitiu a criação de polícias militares em outras províncias.

Chamo a atenção do leitor para um detalhe importante. É que nesse período, o Major Luís Alves de Lima e Silva recebe o comando desse Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Ele residia no próprio quartel-general instalado no Convento dos Barbons, na Rua Evaristo da Veiga. O Convento não mais existe. Permaneceu nesse comando por nove anos. É um dilatado comando, mas é interessante observarmos que, durante um

largo período posterior a ele, a Corte, a sede do Império, mesmo depois, durante o governo D. Pedro II, mantém-se numa tranqüilidade e numa calma espetaculares. É importante frisarmos isto. Pouco temos conseguido encontrar, em documentos, sobre essa fase da vida do futuro condestável, e posso lhes dizer que procurei me dedicar com empenho e escrevi, inclusive, um artigo que saiu publicado na Revista do Exército,³ tentando levantar a ponta do véu que encobre esse período de vida deste homem singular que foi Luís Alves de Lima. Nesse período da nove anos de sua vida, acredito, ele conseguiu amearhar conhecimentos extraordinários que iriam lhe valer posteriormente.

O governo de D. Pedro II resolveu dificuldades internas e se empenhou em diversas guerras externas. Nelas, a participação dos habitantes e da Província do Rio de Janeiro mostrou-se notória. Dentro desse contexto, havia uma preocupação muito grande de que, logo no início da Guerra da Tríplice Aliança, o ditador paraguaio, Marechal López, pudesse invadir a cidade do Rio de Janeiro. E foi essa razão que levou o governo a construir duas poderosas fortificações que visassem a fechar a cidade a uma invasão. Por isso, hoje vemos, do lado de Niterói, o Forte de Santa Cruz e, do lado do Rio de Janeiro, a fortificação de São José. São fortes hoje desativados, e que só ficaram prontos, por um destino da História, depois da guerra concluída, em 1872 – a guerra havia acabado em 1º de março de 1870. No entanto, eles hoje representam um

monumento histórico representativo daquela fase e daquela época. Essas duas fortificações podem hoje ser, verdadeiramente, museus daquela fase.

É também dentro deste contexto, após o término da Guerra da Tríplice Aliança, que vamos encontrar o problema das questões militares. O Rio de Janeiro foi a sede dessas situações conhecidas vulgarmente como questões militares. Não uma, mas várias questões militares, em que se envolveram os coronéis Sena Madureira, Cunha Matos e outros. É quando foi criado o Clube Militar. O Clube Militar surgiu como uma associação de classe, em 1867. Ele estava pronto justamente para congregar a classe e poder lutar pelos seus interesses. Ele nasceu no Clube Naval, em prédio localizado na atual Praça Tiradentes, no local em que hoje passa uma rua, esquina da Rua da Carioca com a Praça Tiradentes. Essa casa foi demolida. Era na parte superior que funcionava o Clube Naval, e onde foi criado o Clube Militar. Dessa época poderíamos nos lembrar também da criação de Petrópolis, cidade muito estimada pelo Imperador D. Pedro II. Sua organização e seu traçado foram desenvolvidos por um homem também do Exército, o Major Júlio Frederico Köeller.

Em 1858, a Escola Militar de Aplicação passou a funcionar na Praia Vermelha, saindo do Largo de São Francisco, e ficando neste a Escola Politécnica, de formação de engenheiros. O prédio da Praia Vermelha não mais existe; ocupava o centro da praça atual. A Escola tornou-se profissionalizante, permanecendo neste local até 1904. Essa Escola Militar tinha por objetivo formar o futuro oficial, e foi também dentro deste esquema de aprimoramento do ensino que, a 9 de março de 1889, o Conselheiro Tomás Coelho criou o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

3 O Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a Regência – Observações para servirem ao estudo do pensamento militar do Duque de Caixas. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 119, n. 2, abril/junho de 1982.

Todos os que entravam para a carreira militar, quer fossem do Exército, quer da Marinha, normalmente, cursavam o Imperial Colégio Pedro II. Mas a força militar do Exército compreendeu a necessidade da criação de um colégio próprio e, sobretudo, que esse colégio viesse a ajudar os filhos dos voluntários e dos demais participantes da Guerra do Paraguai que, por acaso, tivessem ficado órfãos. Assim, o Colégio Militar nasceu neste quase final da Monarquia. E também não vamos nos esquecer da Biblioteca Militar, famosa criação do Barão de Loreto (1881), que queria para os oficiais maior desenvolvimento intelectual. Essa Biblioteca Militar acabou desaparecendo por um tempo, mas renasceu, e hoje continua no Rio de Janeiro, com dinamismo extraordinário.

O Exército provocou a queda do Trono, no Rio de Janeiro, em 1889. O desaparecimento da Monarquia não é um episódio nacional. É um fato histórico vinculado ao Rio de Janeiro. Ocorreu exclusivamente nessa cidade, e aqui os militares, principalmente do Exército, um pouco agastados com o governo do Visconde de Ouro Preto e com um pretense descaso do Imperador, juntamente com os republicanos históricos, civis, e elementos da Marinha fizeram a derrubada do regime, em novembro de 1889. Em seguida, ocorreu a Revolta da Armada, durante o governo de Floriano Peixoto. Floriano escudou-se no Exército, que se mostrou um aliado importante. Todos ficaram com ele. Construiu baterias e fortificações no Morro do Castelo e na orla marítima, em Niterói. Dessa maneira pôde combater os revoltosos da Armada. Ele teve consigo a união do Exército. É nesse contexto que vamos ver a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Ele enfrentou problemas longe do Rio de Janeiro, em Canudos, e foi por

causa de Canudos que ocorreu o assassinato do Marechal Machado Bittencourt. Este episódio merece ser narrado.

Prudente de Moraes, seus ministros e secretários haviam ido receber os vitoriosos de Canudos. Ao regressarem, passando diante da Casa do Trem, isto é, pelo Arsenal de Guerra, um jovem saiu das fileiras, o anspeçada Marcelino Bispo, e tentou matar o presidente. Não conseguiu, mas provocou a morte do Marechal Machado Bittencourt, o Marechal de Ouro, como então foi chamado. Esse incidente, ocorrido no Rio de Janeiro, foi o único incidente contra um Ministro da Guerra.

Ainda sobre Canudos ocorreu um fato interessante. Os soldados que chegaram vitoriosos de Canudos iriam se estabelecer na parte dos fundos do Quartel-General do Exército, numa elevação, e construir casas, porque estavam esperando o seu desengajamento. Como haviam feito a mesma coisa no Morro da Favela, na Bahia, perto de Canudos, os cariocas começaram a apelidar aquele local de favela. E o nome fixou-se à vida da cidade.

A transferência da Escola Militar da Praia Vermelha para Realengo ocorreu em 1904, em consequência da Revolta da Vacina Obrigatória. Inicialmente, não passou de um movimento popular contra a vacina anti-variolica. Nesse contexto de agitação, alguns elementos tramaram a derrubada do Presidente Rodrigues Alves. Alguns militares participaram e conseguiram a adesão dos cadetes. É por essa razão que se resolveu, então, transferir a Escola da Praia Vermelha para Realengo. Com a mesma tradição de engenheiros militares, vamos ver logo em seguida a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Em um de seus terrenos, o General José Marcelino de Souza

Aguiar desenha e constrói o prédio imponente da Biblioteca Nacional. Um prédio magnífico, conservando a tendência dos nossos militares na área da construção civil.

O Presidente Hermes da Fonseca assumiu a presidência em 1910 e executou uma série de reformas no Exército. Era seu interesse melhorá-lo, e ele conseguiu. Dentro dessas reformas, assinalamos a construção do Forte de Copacabana, moderníssimo para a época. Mas foi também dentro de sua gestão, desde Ministro da Guerra do governo anterior, a ida de oficiais para a Alemanha, retornando ao Brasil cheios de novas idéias e compondo, logo em seguida, a Missão Indígena (1916), que vai ser aquela em que jovens oficiais vão procurar, dentro da Escola de Realengo, ensinar de modo a conduzir os futuros oficiais a idéias muito mais interessantes e mais modernas.

Logo depois da Primeira Guerra Mundial, a Missão Francesa atuou no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu a partir de 1920, chefiada pelo General Maurice Gamelin, plena de novos conceitos, ressaltando-se a criação da Escola de Comando e Estado-Maior.

O Exército apresentou-se como elemento pacifista na Revolução de 1930. Antes que os brasileiros pudessem entrar em maiores conflitos, os generais Tasso Fragoso e João de Deus Menna Barreto, aliados à Marinha, pela presença do Almirante Isaías de Noronha, conseguiram evitar conflitos, com a vitória da Revolução de 1930. Essa tendência pacifista vamos encontrar permanentemente nas demais oportunidades em que a presença do Exército se fez necessária no Rio de Janeiro, até mesmo na Revolução de 1964. É uma tendência pacifista, tendência para atuar no momento exato e evitar derramamento de sangue.

Mas, infelizmente, ainda em torno de 1935, não deixou de correr um pouco de sangue, quer na Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, quer no 3º Regimento de Infantaria, que ocupava o prédio da antiga Escola na Praia Vermelha. A Intentona Comunista de 1935 serviu, pelo menos, para mostrar a necessidade de maior atenção para com as ideologias importadas. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas, refez o Quartel do Campo de Santana, criando o atual Palácio Duque de Caxias, e procedeu a mudança da Academia Militar para Resende. A construção da Academia, que inicialmente se chamou Escola Militar de Resende, para depois se chamar Academia Militar das Agulhas Negras, é um marco fundamental. Estabeleceu-se dentro do estado do Rio de Janeiro, migrando da capital para o seu interior, onde então, numa cidade agradável, os cadetes poderiam ficar longe dos embates políticos que por acaso viessem a acontecer na história da República.

Retornando ao Campo de Santana, hoje chamado de Praça da República, conservou-se a casa de moradia do Marechal Deodoro da Fonseca, onde foi proclamada a República, porque a sua proclamação, desculpe o leitor, não foi de manhã. De manhã foi simplesmente a queda do Gabinete de Ouro Preto. A proclamação da República ocorreu em sua casa, à tarde, do dia 15 de novembro. Esse prédio abriga, hoje, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que divide uma parte, também, com o Arquivo do Exército.

Durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (que começou em 1937), o Brasil se vê envolvido na Segunda Guerra Mundial. A presença brasileira na Primeira Grande Guerra resumira-se na DNOG,

Divisão Naval em Operações de Guerra, configurando, assim, uma participação naval. Alguns aviadores militares também estiveram presentes no teatro da guerra. Na segunda, a participação brasileira fez-se maior, com a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, que ficou concentrada no Rio de Janeiro para ser adestrada e para embarcar, depois, em direção à Itália. O Rio de Janeiro foi o local da sua reunião, do seu adestramento; salientamos o apelido que teve o uniforme dos pracinhas: *Zé Carioca*.

O Rio de Janeiro, por ser a capital, assistiu à interferência do Exército em diversos movimentos políticos. Esses movimentos começaram com o desejo dos *jovens turcos*, que haviam se imbuído da intelectualidade alemã, de realizarem alguma coisa em prol da Nação. Assim nasceu, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que continua sendo editada no Rio de Janeiro. É nas suas páginas que veremos alguns artigos mostrando a necessidade de reforma da República que hoje podemos chamar de República Velha. Foi assim, então, que se organizou e se formou o movimento que comumente recebe o apelativo de *Tenentismo*. Algumas revoltas ocorreram, como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Vamos prosseguir numa linha revolucionária que, se não tiveram o Rio como foco, freqüen-

temente fizeram essa cidade cenário dos acontecimentos.

O Exército prosseguiu com uma expressiva presença no Rio de Janeiro, bastando lembrar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a ECEME e o Instituto Militar de Engenharia, o IME, bem como a imortalização no bronze de seus feitos e seus heróis. Temos, na Praia Vermelha, o conjunto dedicado a Laguna e Dourados. Caxias, Osório, Floriano, Deodoro e Benjamim Constant são figuras que estão imortalizadas no bronze desta cidade, aqui se encontrando para não deixar que a população passe e não veja. Para perpetuar sua memória, foi criado, no Forte de Copacabana, hoje desativado, um museu que vale a pena ser visitado. Um museu que procura mostrar a história e a presença do Exército. Nele, a Biblioteca do Exército instalou, em dependências moderníssimas, o seu conjunto de quase cinqüenta mil volumes, prontos a atender a todas as pessoas. Assim, a presença do Exército no Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvida, ligada a toda essa história do Brasil que procurei, neste vôo de pássaro, deixar aqui registrada. Todos esses assuntos que, penso, podem constituir motivo de reflexão, estão bem alinhavados, com maiores detalhes, no livro magnífico publicado recentemente: *O Exército na História do Brasil*.



*Se a única ferramenta que possuis é um martelo,
tenderás a perceber todo problema como um prego.*

Abraham Maslow